



Boletim extraordinário
CAAF|Unifesp de
enfrentamento da Covid-19

MORTOS E MORTES DA COVID-19: SABERES, INSTITUIÇÕES E REGULAÇÕES

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/
reitoria/caaf

Chamada pública de colaborações para o Boletim Extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento a Covid-19

Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações

Em atenção à pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto, velocidade de contaminação e letalidade atingem proporções dramáticas, o CAAF deu início, em abril de 2020, à produção do **Boletim Extraordinário de enfrentamento da Covid-19**. O intuito é contribuir para a coletivização dos esforços por registrar, acompanhar e analisar a evolução da pandemia, assim como de sua gestão política e institucional no Brasil. Propomos, assim, um espaço para a troca e o diálogo entre pesquisadores, profissionais e ativistas que atuam nos campos das humanidades e da saúde, nas ciências forenses, nos direitos humanos, assim como nos movimentos e nas lutas sociais. **No sentido de aprofundar a iniciativa, estamos abrindo ampla chamada para contribuições.**

Aceitaremos:

Entrevistas, ensaios variados, entre notícias sobre iniciativas e pesquisas em curso, reflexões de caráter teórico e/ou metodológico, análises sobre a gestão política da emergência e/ou acerca de dispositivos, documentações, regulações e agenciamentos postos em curso como parte da gestão sanitária da pandemia no Brasil, por fim, nos interessam relatos etnográficos, profissionais ou pessoais sobre vivências nos contextos de enfrentamento da doença, tais como equipamentos de saúde, prisões, instituições que realizam a gestão dos mortos e da morte, nos territórios e comunidades, nos movimentos sociais, entre outros.

Qual o prazo de submissão?

O boletim CAAF|Unifesp é de **fluxo contínuo**. Os textos serão avaliados e depois publicados de acordo com a edição da semana.

Os textos devem ser enviados para **boletimcaafunifesp@gmail.com**

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

ESPECIFICAÇÕES PARA O TEXTO:

- Até a 4 laudas (as referências e notas de rodapé não contam como laudas);
- Folha A4;
- Texto, fonte Calibri 12;
- Título, fonte Cambria 22 em negrito;
- Espaçamento entre linhas 1,0cm;
- Parágrafo, recuo da primeira linha de 1,25cm;
- Adicionar espaço depois do parágrafo;
- Notas de rodapé ao fim do texto;
- Para referências de textos *online* colocar o título do texto em formato de *hiperlink* para sua versão *online*. **Exemplo:** [Povos indígenas reforçam barreiras sanitárias e cobram poder público enquanto covid-19 avança para aldeias](#);
- Para referências de textos *online* dentro de revistas, boletins ou algum outro tipo de documento. Colocar o nome da revista, boletim ou documento e o título do texto em formato de *hiperlink* para sua versão *online* com o título do texto referenciado em negrito. **Exemplo:** [Boletim CAAF|Unifesp de enfrentamento a Covid-19 Nº 6. A Covid-19 entre os povos Tupinikim e Guarani no Espírito Santo: dados preliminares.](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Sumário

Editorial

1

Opiniões

Educação e relações étnico-raciais no contexto da pandemia
** Ana Cristina J. Cruz*

4

Pandemia no Brasil: aumento da desigualdade educacional
** Geraldo dos Santos Júnior*

8

A dificuldade de se exercer uma educação antirracista em tempos de pandemia
** Paulo Cesar Rodrigues da Silva*

11

As aulas remotas e a mediação do conhecimento: o impasse do letramento
** Andréia Marques*

14

A morte da sanidade da Educação
** Gabriel G. Sampaio*

16

Porque não podemos voltar às aulas em setembro
** Paula Pascarelli*

19

Entrevista

“Mesmo em uma ação de solidariedade, educa-se”: O papel que cumprem as escolas de São Paulo durante a pandemia
** Entrevista com Silvia Ferraro*

22

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Editorial

O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/Unifesp) é uma instituição de pesquisa e formação em direitos humanos que trabalha em torno da temática das graves violações cometidas pelo Estado. A morte e os destinos dos mortos, enquanto problema de estudos, se constituem como pilares para o entendimento da violência institucional.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto e velocidade de contaminação atingem proporções nunca vistas em nossa história, a questão sobre como os óbitos estão sendo pensados, recebidos, regulados pelas instituições responsáveis, pelos profissionais da área forense e, de modo geral, pela sociedade torna-se um problema urgente.

No Brasil, os mortos pela covid-19 tem rosto e endereço. Desde muito cedo, em março, quando declarada a fase de transmissão comunitária do vírus, as estatísticas mostraram o que sabíamos intuitivamente. Que pessoas pobres nas periferias do país, negras, seriam as mais afetadas, por terem menos condições de se protegerem e por serem alvo histórico de um modo de governo sabidamente genocida.

O racismo e a desigualdade social não são meras características da sociedade brasileira. São elementos estruturantes. E o Relatório de Monitoramento da Educação de 2020, elaborado pela Unesco, apontou que os desafios frente à pandemia acentuam ainda mais a desigualdade, na medida em que estudantes e profissionais da educação de 40% dos países continuam como objetos de experimentação de teorias neoliberais. Para promover um espaço de reflexão sobre este cenário, o Boletim de número 9 reúne textos de profissionais da educação que atuam em redes de educação pública, no nível básico e superior, em diferentes cidades do estado de São Paulo.

Pensar sobre uma educação que priorize a vida vai muito além de encontrar alternativas pedagógicas para a educação virtual. O desafio é arquitetar o futuro a partir de um projeto de vida e um modelo de sociedade radicalmente pautados na justiça e na igualdade para todas as pessoas. Nesse sentido, uma educação emancipadora é necessariamente antirracista e isso não implica apenas em aprender e ensinar sobre os encadeamentos do racismo na desigualdade, mas, principalmente, em abraçar outras formas de compreender o mundo, para além da visão branca, masculina, heteronormativa hegemônica. É preciso reconhecer a escola como um espaço privilegiado para tecer novas relações e novas compreensões do mundo, um lugar em que se educa com alimentação, cuidados com a saúde, afetos, exemplos. Se lições e conteúdos podem ser transmitidos por celular, toda essa complexidade que intermedeia a relação de profissionais da educação e estudantes não cabe em uma tela de computador.

Enquanto as redes públicas, em ações descoordenadas, abrem caminhos para o retorno às aulas presenciais em setembro, em troca de manter uma agenda burocrática a funcionar em ritmo de normalidade, as escolas - ainda que sem estrutura alguma de controle epidemiológico - seguem sendo um lugar de referência para as comunidades. Isso é devido aos esforços e iniciativas de profissionais da educação, que tomaram para si a tarefa de amenizar a insegurança alimentar de suas comunidades, e que defendem uma escola que proteja a vida antes de tudo.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

Nós, do CAAF/Unifesp, desenvolvemos em nossos projetos de pesquisa e de consultorias parcerias com os movimentos sociais, procurando a confluência entre os saberes das lutas pela vida digna com o conhecimento científico. Isso nos mantém em contato permanente com familiares de vítimas das graves violações, nos levando a considerar as formas com que a morte e os mortos se caracterizaram como um problema de direitos humanos.

O objetivo deste Boletim é o de contribuir para a rede de informações, documentos e análises relacionando ciências forenses, direitos humanos e lutas sociais.

São Paulo, 10 de julho de 2020.



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf



OPINIÕES

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br

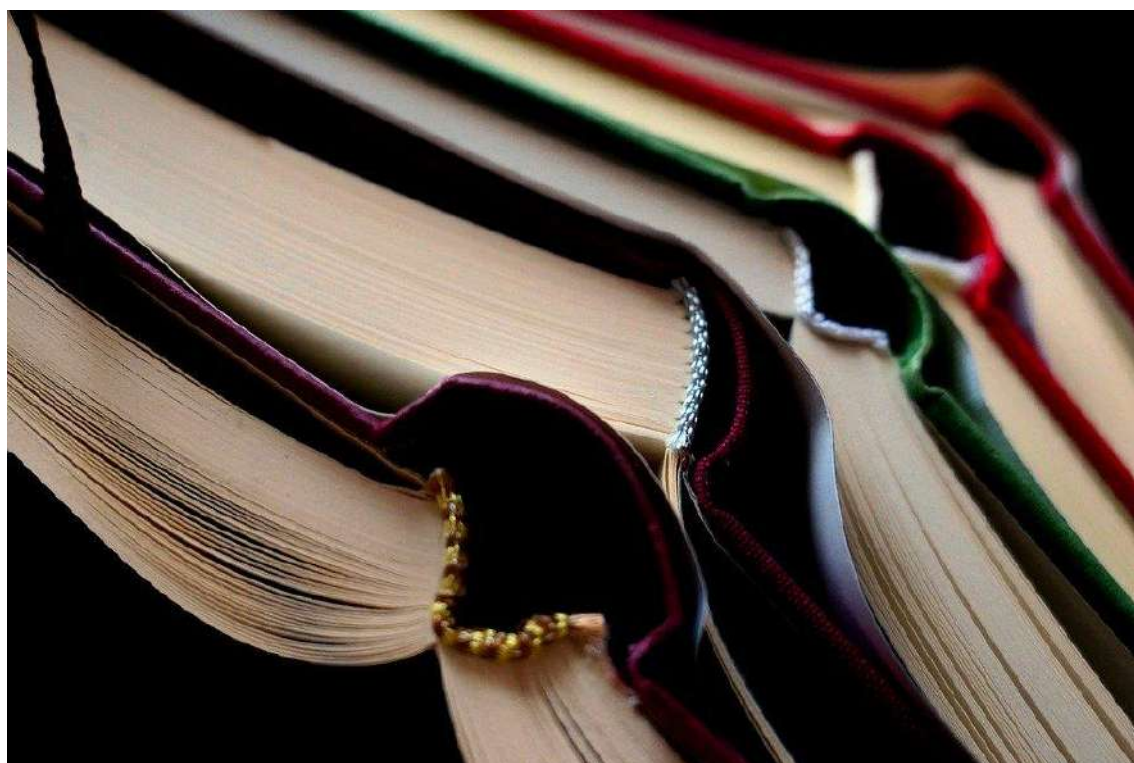


www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Educação e relações étnico-raciais no contexto da pandemia

Ana Cristina J. Cruz

**Professora Adjunta na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar (NEAB-UFSCar) é Vice-Coordenadora do GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd.*



O contexto contemporâneo de enfrentamento da pandemia do novocoronavírus tem mobilizado diferentes análises sobre as mudanças em curso que poderão transformar nossas formas de desejo, de linguagem, de trabalho e de se relacionar. Para o campo dos estudos sobre as relações étnico-raciais brasileiras, a pandemia acentua os profundos graus de desigualdade social e racial que estruturam a sociedade brasileira.

As formas de funcionamento da racialização se manifestam nas dificuldades de acesso da população negra a meios elementares de sobrevivência cujos efeitos se verificam nos dados que apontam que, entre os que vão à óbito, negros e negras figuram em maior número entre os acometidos pela pandemia do novocoronavírus. Esse cenário se reproduz em sociedades marcadas pela experiência da colonização. No Brasil¹ - mesmo com os flagrantes indícios de subnotificação - e nos Estados Unidos, o risco de letalidade pela pandemia do novocoronavírus é maior entre negros e pobres. Essas evidências emergem da histórica desigualdade e indiferença com determinados setores da população que caracteriza essas sociedades, relegando a essas pessoas um sistema de saúde precário, a super-representação nos sistemas carcerários, um acesso inadequado à escolarização para crianças, jovens e adultos, entre outras formas de exclusão.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

As propostas de ensino para este período da pandemia, demonstram o desconhecimento nas formulações das políticas públicas das realidades em que vivem parte dessas populações. Por conseguinte, as medidas que poderiam garantir elementos mínimos de formação intelectual no âmbito da escolarização se mostram incipientes. O Relatório de Monitoramento da Educação de 2020 elaborado pela UNESCO aponta que os desafios frente à pandemia acentuam ainda mais a desigualdade. Os dados mostram que 40% dos países pobres e em desenvolvimento não têm auxiliado as crianças e jovens durante a pandemia. Embora esses dados fossem existentes antes da pandemia a dificuldade em inserir e manter as crianças na escola no pós-pandemia mostrar-se-ão ainda mais prementes. O relatório da UNESCO aponta que os preconceitos e discriminações de gênero, étnico-raciais, de classe, língua, entre outros, exacerbam os conflitos levando à evasão escolar e limitando o futuro de crianças e jovens.

Essa experiência exige uma análise crítica que considere elementos sócio históricos para o seu entendimento na medida em que algumas perspectivas teóricas se mostram insatisfatórias para compreender os conflitos e demandas sociais do tempo presente. O fator central é que o modelo de pensamento que se erigiu junto à fórmula do Estado-Nação são insuficientes às necessidades contemporâneas. Mais do que isso, esses debates demonstraram que as estratégias adotadas para a formulação de povos e nações foram baseadas em pressupostos que excluíram outros povos, forjando um conjunto fabricado de normativas e conjecturas fictícias calculadamente ordenadas. Sob tal perspectiva, um aspecto importante na mudança de interpretação é sobre a genealogia dos usos da nação que requer a análise de seus pressupostos de manutenção. Entre os aspectos de sustentação da nação, um ponto chave de investigação é sobre como as nações marcadas pela colonização são “formações sociais racialmente estruturadas” (HALL, 2007, p. 313). A base de construção do debate contemporâneo acerca de questões relativas à sexualidade, ao gênero, os estudos críticos de raça, do multiculturalismo, da diversidade, do reconhecimento temas que, de forma progressiva, adquiriram espaço no cenário internacional especialmente com o debate sobre diversidade e da diferença na formulação e adoção de políticas públicas iniciadas em diversos países a partir das décadas de 1960 e 1970. Derivadas de diversos acontecimentos históricos tais demandas responderam a um longo processo de luta por emancipação e igualdade protagonizadas por afro-americanos, africanos e outros povos que viveram sob o jugo da colonização europeia e que foram encarnadas em outras lutas dentre as quais a das mulheres, das diferentes sexualidades, das pessoas empobrecidas e precarizadas.

Dentre os muitos desafios contemporâneos que se colocam para a educação no contexto da pandemia e pós-pandemia, a ascensão em escala global do modelo de gestão social neoliberal se torna tema de análise central. Isso requer compreender a forma que nos impõe o neoliberalismo de conversão do tempo em como “força reprodutiva da forma-dinheiro” (MBEMBE, 2014, p. 13). Esse ethos neoliberal que busca englobar e totalizar tudo nessa figura tem sido compelido à educação. O tempo histórico que é o nosso requer que nossas ações, pensamentos e pesquisas em educação visem a promoção de ações resilientes em conformidade com a urgência que este tempo pede.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Cabe a nós questionar qual projeto de vida nos está sendo imposto. Não apenas pela via das atuais políticas neoliberais para a educação, mas da violência sistêmica que atinge especialmente crianças e jovens negros cujas vidas são brutalmente interrompidas. Vivenciamos aumentos expressivos de letalidade da juventude negra que nos leva a denominar de genocídio da juventude negra. Essas políticas adquirem espaço junto a regimes autoritários e respondem a proposições anti-intelectuais, avessas ao saber e ao conhecimento. Há que se saber que essa estratégia anti-intelectual ecoa de outros tempos, responde a outros acontecimentos históricos, nos impele à ação na compreensão da herança de outros tempos que ressoam em nós. Se o tempo do agora é, como tem afirmado pensadoras e pensadores, o tempo da mudança da exploração do capital sobre os sujeitos, esse tempo que é do abandono de não poder mais ser explorado, marca a formulação de uma nova subjetividade. Tal modelo, que se impõe sobre as pessoas tende a ser aplicada pela educação em propostas que apontam que deve se converter em uma plataforma de formação para as pessoas.

Nos resta compreender tal processo que busca normalizar o menosprezo e a omissão de construir alternativas ao horizonte que nos é imposto. Caberá direcionarmos nossas práticas pedagógicas para uma educação que não se restrinja a um conjunto de técnicas para uma formação pautada por condutas reguladas pela lógica do mercado. Para isso, há que se compreender os limites e aquilo que se findou em nosso tempo. Isso exigirá de nós alinhamentos de epistemologias e de proposições políticas. Em termos substantivos, as proposições “subalternas”, “decoloniais”, “pós-coloniais”, “feministas”, “feministas negras” emergem questionando aqueles e aquelas que serão objeto principal de experimentação dessas políticas. A posição deve ser de alerta para os modos específicos de sofrimento psíquico que serão desenvolvidas por essas pessoas.

O caminho aberto pelas legislações que tratam da educação das relações étnico-raciais, especificamente o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena aprovadas, respectivamente em 2003 e 2008, bem como a adoção de políticas de ação afirmativa em vários setores, acolhem antigas reivindicações dos movimentos sociais negros e indígenas para o compromisso que se exige da sociedade brasileira pela história de espoliação e genocídio dessas populações (CRUZ, 2020). Esse percurso propiciou o questionamento sobre o lugar dado às questões étnicas e raciais na sociedade brasileira, junto a um conjunto de medidas para o equacionamento do racismo e dos preconceitos advindos desse histórico. As questões colocadas sobre os desafios e limites em torno dos grupos alocados no escopo da diferença serão fundamentais em nosso trabalho político e intelectual. Hoje, quando por todo o mundo as pessoas clamam que não haverá democracia enquanto houver racismo, o lugar da educação é ainda mais importante, pois ela possibilita o entendimento das várias lutas, contra todas as formas de discriminação e preconceito, que devem se somar a essa premissa. Esse deverá ser o ponto a partir do qual a educação poderá responder aos anseios de uma outra imaginação social, de evocar a urgência do nosso tempo e nomear as várias formas de sofrimento social. É o tempo de vocalizar as possibilidades para o nosso futuro no qual a base seja a justiça e a igualdade radical para todas as pessoas.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

¹[Dados do SUS revelam vítimas padrão de Covid-19 no Brasil: homem, pobre e negro](#)

[Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana](#)

[Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana](#)

[Apontamentos e Bases Epistemológicas entre Formação Docente e Currículo: desafios contemporâneos para uma educação antirracista](#)

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona, 2014.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



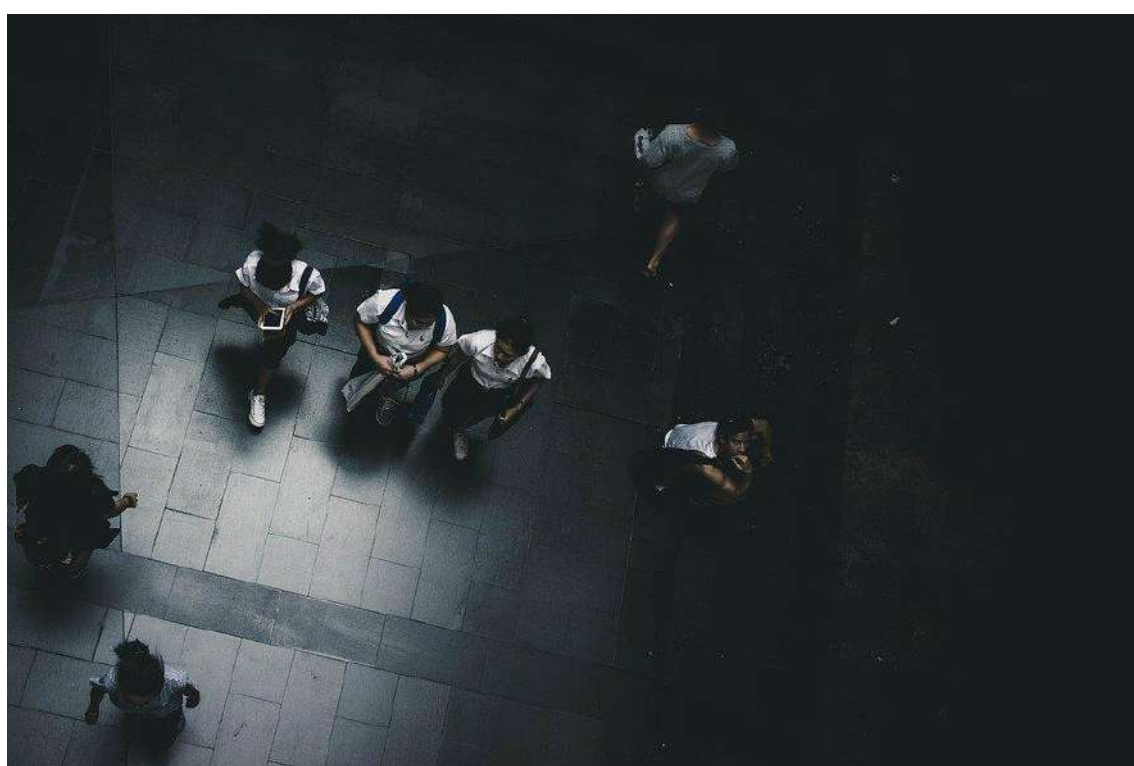
www.unifesp.br/reitoria/caaf

Pandemia no Brasil: aumento da desigualdade educacional

Geraldo dos Santos Júnior

*Professor de História de Ensino Fundamental II e Médio da Prefeitura de São Paulo

Neste ano de 2020, a educação mundial e a brasileira, em especial, estão passando por um momento único. A pandemia do novo coronavírus chegou e mexeu com estruturas até então acomodadas e imobilizadas à sua realidade, além de desvelar uma realidade que, geralmente, é escamoteada por boa parte da sociedade. A desigualdade social e a educacional nela imbricada, revelaram-se para muita gente que ignorava o assunto. Essa descoberta serviu para ratificar o que muitos dos profissionais que trabalham na educação sempre disseram: a desigualdade social no Brasil é um acinte, é vergonhosa. A maneira como algumas redes públicas de ensino estão lidando com esse momento mostra de que forma a população pobre e da periferia é tratada¹.



Estamos acostumados a ouvir especialistas e pesquisadores, que defendem determinados interesses, falarem de educação, invariavelmente, sob o prisma da individualização das responsabilidades, pois basta o professor e a professora cativarem seus estudantes e formularem aulas criativas que boa parte dos problemas da escola estará resolvida. “Faça da escola um espaço alegre”, “dê aulas motivadoras”, dizem os neoliberais e mercadores da educação². Esse argumento, que joga toda a responsabilidade da solução do problema educacional nas costas dos professores, esconde o sucateamento da escola pública que ocorre há anos, mais precisamente desde a década de 1970, com a massificação da educação sem, no entanto, qualificá-la.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/realizacao/caaf

A cantilena escolanovista³ e neoliberal da atualidade maquia a realidade concreta dos estudantes que vivem em situação precária, distante de equipamentos públicos e dos espaços de capital cultural da cidade, como museus, cinemas e teatros. Acrescenta-se a isso o fato de as famílias desses estudantes ganharem, em sua imensa maioria, menos de três salários-mínimos⁴. Essa mesma lamúria colabora para tornar precária, cada vez mais, a carreira dos professores que, no Brasil, recebem salários menores quando comparados com outros profissionais cuja prática exija ensino superior⁵. Tudo isso sem falar das péssimas condições de trabalho. Agrega-se a este estado deplorável de trabalho a violência dentro e no entorno das escolas que, ou é solenemente ignorada pelos órgãos públicos, ou é tratada como mero “problema administrativo” interno.

A pandemia trouxe novos questionamentos e algumas verdades que não eram ditas. Com boa vontade, muitas pessoas entenderão que essas condições de trabalho inviabilizam o exercício pedagógico efetivo. Talvez a pandemia ajude a melhor esmiuçar isso socialmente. Uma dessas verdades é a importância do *Escola para todos* e a função social primordial da instituição para a sociedade. Relatos diários de pais aflitos por causa das aulas *on-line* são publicados nas redes sociais, os quais se sentem perdidos em como ajudar os filhos. Isso vale para escolas em geral, tanto públicas quanto privadas⁶.

No entanto, mesmo com uma parcela da sociedade compreendendo a importância da escola e dos professores no processo de ensino-aprendizagem, a desigualdade educacional tornou-se latente nesse período. Os estudantes do ensino básico, nas classes altas, têm acesso aos equipamentos tecnológicos e a uma *internet* razoável. As aulas *on-line*, para esse estrato social, tornaram-se uma realidade para, praticamente, todos os estudantes. Em contrapartida, os estudantes oriundos das classes mais desfavorecidas não possuem, em boa parte, acesso satisfatório à *internet* e aos equipamentos tecnológicos. Isso acarretou uma quantidade ínfima de estudantes de escolas públicas no Brasil e em São Paulo, em particular, a realizarem atividades e a participarem de aulas a distância⁷. As aulas *on-line* chegam a poucos estudantes. A imensa maioria não tem aulas desde março deste ano e aqueles que acessam às aulas compreendem pouco do conteúdo ministrado.

Muitos professores e funcionários das escolas públicas perceberam que, no momento, a demanda urgente de várias famílias é pela sobrevivência, pela alimentação. A pandemia atingiu em cheio as famílias pobres, negras e da periferia; pais desempregados, sem assistência devida por parte dos órgãos governamentais. Todos dentro de casa e os estudantes sem as refeições feitas na escola, o que pesa sobremaneira no orçamento já escasso das famílias, pois muitos estudantes faziam, pelo menos, uma refeição na escola. Com essa conjuntura de aumento da miserabilidade, diversas escolas organizaram doações de cestas básicas para as comunidades na qual estão inseridas. Alguns professores organizaram e fizeram reivindicações a fim de que a Prefeitura e o Governo de São Paulo garantissem a alimentação de todos os estudantes, não apenas os contemplados com o *Bolsa Família*. Afora tudo isso, existe outro fato agravante, que é o falecimento e adoecimento de professores e seus familiares.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Os estudantes da escola pública básica, pobres em geral e moradores da periferia, estão passando por um processo que, se não é novidade para a maioria, não traz perspectivas de melhorias no horizonte próximo. Nota-se que essa realidade aumentará a desigualdade educacional e a disputa será por qual alternativa pedagógica e concepção de sociedade a educação optará. De um lado, há uma percepção de educação que defende que a solução está apenas na boa vontade dos professores, que é possível melhorar os índices e a aprendizagem dos estudantes com as verbas vigentes, pois segundo grupos empresariais e de pesquisadores que vendem essa visão o problema é somente de gestão de sala de aula. De outro lado, considera-se outro ponto de vista que entenda as desigualdades e saiba que os problemas não são apenas das escolas, mas de toda a sociedade e que sem os investimentos adequados não é possível qualificar profissionais e potencializar a aprendizagem dos estudantes para a vida. A educação, mais do que nunca, estará em debate.

O importante é que, ao contrário do que foi feito até agora, professores, funcionários, sindicatos, ou seja, o “chão da escola” seja ouvido para as tomadas de decisões que serão realizadas. Uma escola que seja potencializadora de talentos, humana e que emancipe seus estudantes é tarefa de toda uma sociedade. Espera-se que a educação colabore, dentro de sua função, na redução ou eliminação das desigualdades de raça, classe e gênero, pois essa pandemia escancarou como a sociedade trata uma grande parcela da população. A luta por um modelo de educação que priorize a vida, a democracia e a emancipação humana está apenas começando.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

¹ [Um olhar para desigualdade escolar em tempos de pandemia](#)

² [O ataque estratégico do neoliberalismo à educação](#)

³ [Escola nova e o movimento de renovação do ensino](#)

⁴ [Renda média de mais da metade dos brasileiros é inferior a um salário mínimo](#)

⁵ [Professores recebem menos que outros profissionais de nível superior](#)

⁶ [Aula online expõe impaciência dos pais](#)

⁷ [Coronavírus terá efeito colateral de ampliar desigualdade na educação](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

A dificuldade de se exercer uma educação antirracista em tempos de pandemia

Paulo Cesar Rodrigues da Silva

**Professor de História da Rede Municipal de São José dos Campos*

Dois grandes temas foram exaustivamente abordados nos últimos meses pelos veículos de comunicação. O primeiro é a pandemia de Covid-19, crise sanitária que assola o mundo, trazendo à tona a dura realidade de alguns países, como o Brasil, incapazes de apresentar respostas eficazes de combate à doença, evidenciando o abismo social há muito denunciado¹ ao se perceber que a parcela da população que mais sofre com a pandemia é a população mais pobre, que historicamente é alijada do acesso a um atendimento de saúde adequado².



Essa parcela da população é composta, em sua maioria, por pessoas negras³, e a única justificativa para essa situação é a estrutura racista em que nosso país é sedimentada, e é justamente esse o segundo tema que foi tratado de forma intensa na mídia brasileira, a violência racial e os protestos que se seguiram ao assassinato de George Floyd nos EUA. Enquanto o primeiro tema continuará a ser tratado pela imprensa por um bom tempo, o segundo tema só será lembrado quando vidraças forem quebradas novamente^{002E}

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Pensar em uma sociedade onde as tensões raciais sejam superadas só é possível quando as condições objetivas que causam essas tensões sejam exterminadas, condições objetivas como desigualdade econômica, segregação socioespacial⁴, violência estatal⁵ e o não-acesso ou acesso precários aos serviços públicos básicos como saúde e educação.

É nesse último item que precisamos nos debruçar, o acesso a uma educação de qualidade, uma educação que possibilite, aliada a outras políticas públicas, o combate à desigualdade racial no país, portanto, uma educação antirracista. Mas como exercer uma educação antirracista em tempos de pandemia, onde as aulas e todo o processo pedagógico está sendo realizado de forma remota?

Recente levantamento junto às secretarias estaduais de educação⁶ demonstra que uma parcela considerável de estudantes do Brasil todo não estão acessando as plataformas disponibilizadas para as aulas remotas, essa “evasão” on-line pode ser causada por vários fatores, entre eles, a precária estrutura e acesso à internet nas periferias do país. Sendo a população periférica majoritariamente negra, imaginamos que quem menos acessa as aulas remotas são as crianças e adolescentes negros.

É importante pensar sobre as dificuldades que a atual situação trouxe para as escolas, famílias e jovens em idade escolar, como enfrentar a pandemia e buscar o máximo de normalidade possível nos estudos. Os impactos negativos nos processos de aprendizagem serão evidentes ao longo do tempo, e muito provavelmente esses impactos serão maiores nas crianças e adolescentes negros, que já frequentam uma escola, que de modo geral, não dialoga com a suas realidades ao reproduzir o discurso do modelo hegemônico de sociedade: branco, hétero e cristão.

Uma prática pedagógica antirracista consiste em não apenas abordar temas relacionados à África e a cultura afro-brasileira, a fazer um trabalho com as alunas e alunos para a semana da Consciência Negra, em trabalhar pontualmente, um capítulo do livro ou da apostila que trata desses temas. Exercer uma educação antirracista é afrocentrar nossa visão histórica do mundo e do nosso país, perceber as dinâmicas sociais que se constituíram, primeiramente pela escravidão e depois pelas heranças da africanidade no dia-a-dia de qualquer comunidade, seja ela rica ou mais carente.

Para exercer essa educação antirracista, o contato com as pessoas, a percepção do outro, escutar as alunas e alunos e suas famílias, seja a configuração que elas tiverem, compreender suas formas de perceber o mundo, suas religiosidades e, principalmente, suas formas de aprender é essencial. O constante exercício de não impor sua visão de mundo, saber dosar a autoridade que possui sobre sua disciplina para não se impor como o explicador de tudo para todos, exercer a educação antirracista é, também, é construir o conhecimento de forma coletiva, de forma verdadeira, para além dos jargões pedagógicos motivacionais.

Mas essa ação de proximidade, tão cara para uma educação libertadora e antirracista, fica definitivamente impedida com o estabelecimento do ensino remoto, onde a impessoalidade reina e as interações se tornam massificadas a partir de atividades pensadas para um grupo de alunas e alunos sem considerar toda a diversidade presente nessa turma, as condições de aprendizagem de cada indivíduo e as necessidades e dificuldades enfrentadas pelas famílias em oferecer condições básicas para o estudo em suas casas, internet, computador, celular e até mesmo uma mesa e um lugar tranquilo.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Devido a pandemia, não há possibilidade de retorno imediato dos/as estudantes na escola, temos que aceitar o prejuízo decorrente da suspensão das aulas, e por conta disso, ficamos impossibilitados de exercer uma educação antirracista, mas não podemos deixar de nos perguntar, nas condições tidas como normais, já exercíamos uma educação antirracista?

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

¹ [A Escalada da Desigualdade](#)

² [Revista Brasileira de Ciências Sociais. Classe Social e Desigualdade de saúde no Brasil](#)

³ [Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. N4. Desigualdades Sociais por cor e raça no Brasil](#)

⁴ [Rev. Belas Artes, n.22, Set-Dez 2016. Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo](#)

⁵ [Pesquisas e Práticas Psicossociais 12 \(1\), São João del Rei, janeiro-abril de 2017. e1058. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão](#)

⁶ [60% dos estados monitoram acesso ao ensino remoto: resultados mostram 'apagão' do ensino público na pandemia](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

As aulas remotas e a mediação do conhecimento: o impasse do letramento

Andréia Marques

**Graduada em Letras (UNESP- Assis), Especialista em Língua Portuguesa (UNESP-Assis) e Mestre em História (UNIFESP-Guarulhos) e Professora da rede básica de ensino*

O mês de julho é o quarto mês em que as escolas do ensino básico brasileiras se encontram fechadas. De um dia para o outro, a rotina de estudantes, professores, profissionais da educação e pais foi modificada pelos decretos que determinaram o fechamento das instituições de ensino, a suspensão das aulas presenciais e a substituição da ensino presencial pelo ensino remoto, colocando pais, responsáveis e cuidadores num papel de ajudar seus filhos nas tarefas educacionais.

Com as aulas suspensas, a primeira preocupação dos educadores recaiu sobre o acesso a um ensino que se dá, principalmente, por meio da internet. Já que muitos estudantes não têm nem conexão com internet banda larga, nem equipamentos adequados para usufruir do ensino remoto de forma satisfatória.



A pesquisa TIC Domicílios 2018 demonstrou que 85% dos usuários de internet das classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, 13% dos usuários de internet se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador e apenas 42% das casas brasileiras têm computador.

Para enfrentar esse problema, estratégias diversas foram criadas com o objetivo de distribuir materiais didáticos e difundir as aulas remotas: secretarias de educação produziram materiais impressos, aulas em canais aberto de televisão foram produzidas; uso das redes sociais e de aplicativos de comunicação e de educação a distância, entre outras formas para atingir os estudantes matriculados na rede pública de ensino.

Junto com a dificuldade de garantir o acesso aos materiais e às aulas remotas se instaura outra: a mediação do conhecimento para que o aluno enxergue sentido na tarefa que está sendo dada a ele. Não é à toa que muitos vídeos e memes viralizaram nas redes sociais mostrando pais desesperados durante a tarefa de ajudar o filho em uma lição de ensino fundamental.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Muitos desses pais têm escolaridade superior ao ano no qual o filho está matriculado, mas não conseguem auxiliar as crianças e adolescentes nas atividades escolares, mesmo com instruções dos professores.

Essa situação fez surgir a importância da escola e do professor na mediação do conhecimento, afinal, “dar aula” não é somente repetir conteúdos contidos em um livro didático, porém, outro ponto deve ser levantado sobre a dificuldade dos pais em ajudar seus filhos nas lições durante o período de educação remota, que é o próprio nível de letramento dos pais.

Alguns pais não conseguem ajudar seus filhos pelo simples fato de não saberem ler e quando sabem, o nível de letramento não é o suficiente para interpretar corretamente textos considerados simples, por isso, a presença do professor é importante, principalmente entre os estudantes de escolas públicas, pois muitas vezes é o professor a única referência de adulto leitor para o aluno.

O ambiente escolar não é um espaço no qual o estudante recebe um amontoado de tarefas que devem ser executadas mecanicamente, cujos professores são os responsáveis apenas por instruí-los na realização dessas lições.

O ambiente escolar é um espaço cheio de contradições, conflitos e experiências que tornam a relação professor e aluno a mais importante para a consolidação de qualquer aprendizado proposto neste ambiente. Além disso, muito do aprendizado dos alunos se dá por meio a interação com os seus outros colegas.

Para muitos estudantes é a escola o único lugar em que ele vê um livro de ficção, o único lugar em que ele vê uma pessoa lendo e o único lugar em que uma pessoa comenta o que lê e apresenta pontos de vistas diferentes sobre essa leitura.

Para um profissional da educação envolvido na linha de frente do ensino remoto, neste período de pandemia, é fácil compreender que as políticas públicas implementadas durante esse momento se esforçam no sentido ,apenas, de manter o aluno em contato com a escola, ou seja, a preocupação não é aprender ou ensinar, a preocupação é poder dizer: “fizemos alguma coisa pelos alunos nesse período.”

Pois na impossibilidade de garantir o acesso adequado aos equipamentos e internet banda larga tanto para professores como para alunos, além da ausência, na gestão educacional, de pessoas que pensem a educação não apenas observando metas e avaliações externas, foi escolhido o caminho de reproduzir um ambiente escolar dentro das casas dos alunos, mas sem aquilo que torna a escola um espaço de aprendizagem efetivo: os estudantes, os professores e professoras e a relação entre os colegas.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

[8 motivos para não substituir a educação presencial pela educação a distância \(EaD\) durante a pandemia](#)

[Um guia para sobreviver à pandemia do ensino remoto](#)

[Domicílios que possuem equipamento TIC](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

A morte da sanidade da Educação

Gabriel G. Sampaio

[*https://escritoraqsampaio.wordpress.com/](https://escritoraqsampaio.wordpress.com/)

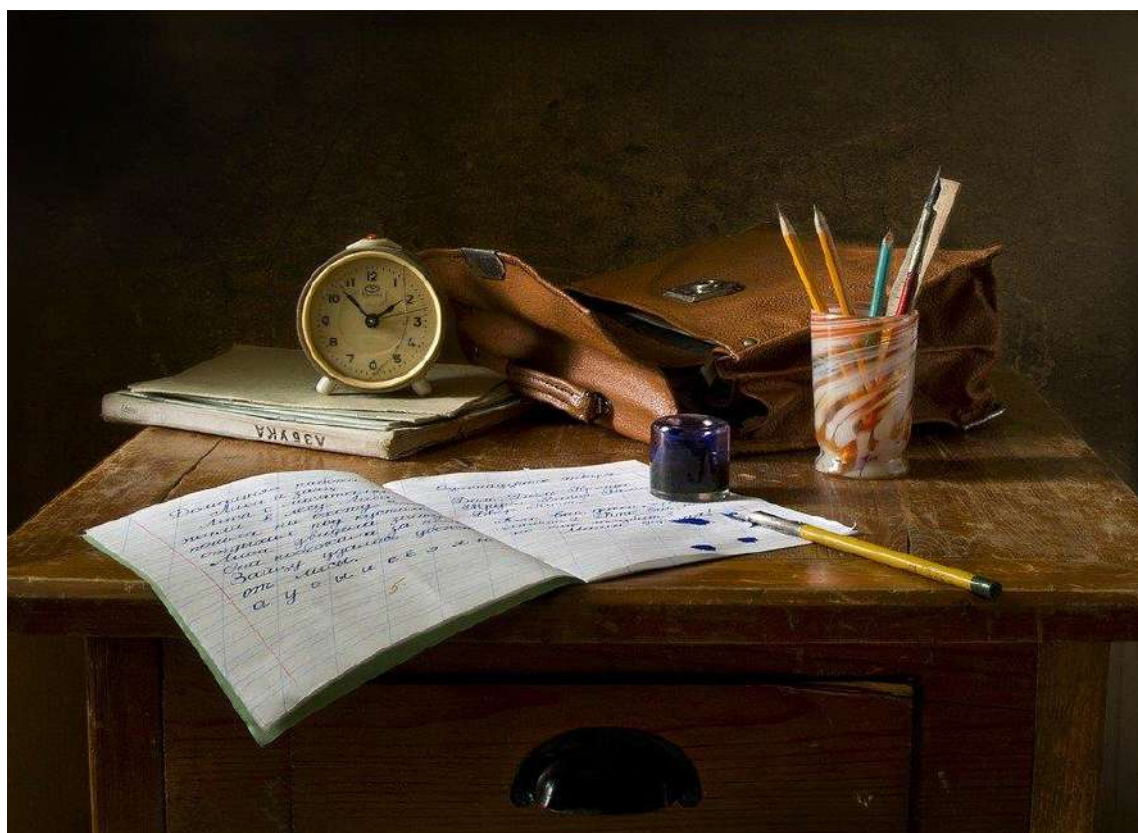
A Insanidade é plural nestes tempos de Pandemia. Ela vai das políticas absurdas de Donald Trump até as idas em massa das pessoas do nosso país aos shopping centers recém abertos. Mas para falar da morte da sanidade na educação brasileira, eu preciso primeiro falar de vida.

A vida na educação brasileira sempre me surpreendeu. Às vezes negativamente, mas frequentemente me surpreendeu pelas possibilidades e por um quadro de evolução constante, principalmente nas escolas públicas das duas redes municipais de ensino em que eu trabalho, no Litoral de São Paulo.

Testemunhei coisas admiráveis acontecendo, nestes últimos 10 anos. Por exemplo, projetos culturais bem sucedidos, professores realizando cada vez mais trabalhos efetivos seus alunos e até redes inteiras dando suporte aos alunos de inclusão, num nível que as escolas particulares não conseguem devido ao alto investimento necessário.

Tudo isso, que vi, ouvi e li durante meus 14 anos de profissão me transformaram. Eu era um jovem oriundo de escola pública que acreditava no esforço individual para melhorar a sociedade. Hoje sou um professor que acredita em ações coletivas. Hoje eu reconheço os ganhos a médio e longo prazo da mobilização social, trabalhista e estudantil, apesar dos constantes retrocessos do nosso povo.

Por outro lado, o cenário da Pandemia do Covid 19 tem feito aflorar o pior de nossa sociedade na educação. Os relatos que farei aqui são tão absurdos quanto são reais! Para além disso, eles me fazem duvidar de minhas melhores convicções.



Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/registro/caaf

Com a suspensão das aulas presenciais desde 20 de março, os alunos ficaram sem qualquer orientação por cerca de dois meses. Como isso foi resolvido pelas administrações municipais? Recessos escolares foram adiantados. Depois disso, visto que o período de isolamento social precisou ser mantido, houve adiantamento das férias escolares de Janeiro para Maio, mas não em todas as redes municipais. Se houve alguma coordenação a nível regional entre as secretarias de educação, na prática, em uma cidade as aulas remotas começaram ao final de Maio, em outra só no final de junho.

Finalmente, o governo federal emitiu uma Medida Provisória, transformando em 800 horas, os 200 dias letivos necessários para a legalidade do ano escolar. E qual é o absurdo nisso? Com atividades remotas, essas horas são impossíveis de se contar.

Os planejamentos para o início do ensino remoto despertaram nervosismo, apreensão e muito desconforto entre professores e equipes. Principalmente ao abordar questões como escolha de plataformas de trabalho remoto e planos de curso.

Afinal, ninguém recebeu nenhum treinamento para transformar suas aulas em aulas remotas e, para piorar, neste período de Pandemia, houve reformulação de currículo municipal que acabara de ser reformulado em Janeiro.

Realidades que já eram difíceis, vão se tornando impossíveis com um ensino que além de não ser real, num sentido amplo, também vem descoordenado e desorientado.

Sem falar das escolas privadas (onde a pressão e a possibilidade de demissão atormentam os professores) o discurso geral é de liberdade, mas a prática é de vigilância e de assédio. Digo assédio, pois sem alunos para lidar presencialmente, as equipes escolares acabam se convertendo em ferramentas das secretarias de educação em fiscalizadores (de tempo integral) do trabalho dos professores.

Se antes existia alguma liberdade de cátedra – que nos permite pensar nossa aula e a executar de acordo com a necessidade do nosso público – agora há apenas lições numeradas e horas rígidas de videoconferência e atendimento de alunos que não conseguem se conectar. A Pandemia já começa mostrando o autoritarismo da sociedade brasileira, no ambiente onde ela deveria ser mais democrática: na escola.

E as plataformas de ensino? O discurso de liberdade faz as escolas converterem redes sociais em salas de aula. E isso acontece da pior forma possível, nos desorganizados grupos de *Whatsapp*, ou em páginas confusas de *facebook*. Lógico que a razão acaba vencendo em muitos lugares e algumas escolas acabam fazendo uso de plataformas educacionais. E mesmo quando isso acontece não há tempo para o treinamento. É cada um por si e os tutoriais que nos ajudem!

Peguei-me descobrindo como realizar uma conferência no *Google Meet* apenas cinco minutos antes de iniciar minha primeira videoconferência com os alunos de uma turma. E ninguém apareceu!

Há coordenações interferindo nas horas de funcionamento de grupos de *Whatsapp* de professores que dão aula para 200 alunos ou mais! Há pais e mães perdidos com a quantidade de grupos fazendo grupos com todos os professores do filho, numa prática que, se acontecesse no “mundo físico” e não no “virtual” poderia ser dita como um sequestro de tempo.

Há professores de Berçário enviando tarefas educativas para bebês! Sim... Você leu direito. Bebês, que ainda não andam, recebendo “lições de casa”. Claro que há boas intenções neste caso. Claro que a criança que for estimulada vai se desenvolver melhor. Mas a insanidade está na ideia de “presença ou falta” se um responsável não enviar um vídeo da criança fazendo a atividade.

Em outra ocasião, uma coordenadora diz para a professora de creche que a atividade em vídeo dela está ótima, mas que poderia melhorar se a professora não parecesse tão infeliz no vídeo!

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Isso porque ainda não mencionei as dificuldades de acesso à rede e a falta de equipamento.

A insanidade aumenta, quando se ouve de uma aluna adulta, da EJA (Educação de Jovens e Adultos), que a única forma de sua família acessar a internet é um celular – que deve ser dividido entre ela e suas duas filhas estudantes. Sim, você entendeu certo: Três pessoas estudando com um único aparelho de celular!

Há ainda o problema das chefias que devem orientar seus professores sem conhecer ou fazer uso de ferramentas tecnológicas. Como coordenar o trabalho docente de ensino remoto, com toda sua complexidade, se você não sabe anexar um documento em um e-mail? Se você nunca organizou seus arquivos no Google Drive? Ou mesmo se você não sabe instalar um programa no seu computador?!

Esse é grau da insanidade da Educação nos tempos de Pandemia.

Como sairemos dessa? Não sei exatamente, mas sei que depois deste momento, se você é professor como eu e está percebendo que precisamos parar e respirar um pouco. Que precisamos ocasionalmente dar um basta às tiranias de determinados chefes. E que os alunos precisam de nossa tranquilidade, mais do que de toneladas de atividades, então essa insanidade na Educação vai encontrar um fim, depois de algumas lutas.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

[O lado sombrio das atividades a distância](#)

[Ensino remoto na Educação Básica e Covid-19: um agravo ao Direito à Educação e outros impasses](#)

[MP ajusta calendário escolar e ano letivo poderá ter menos de 200 dias](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

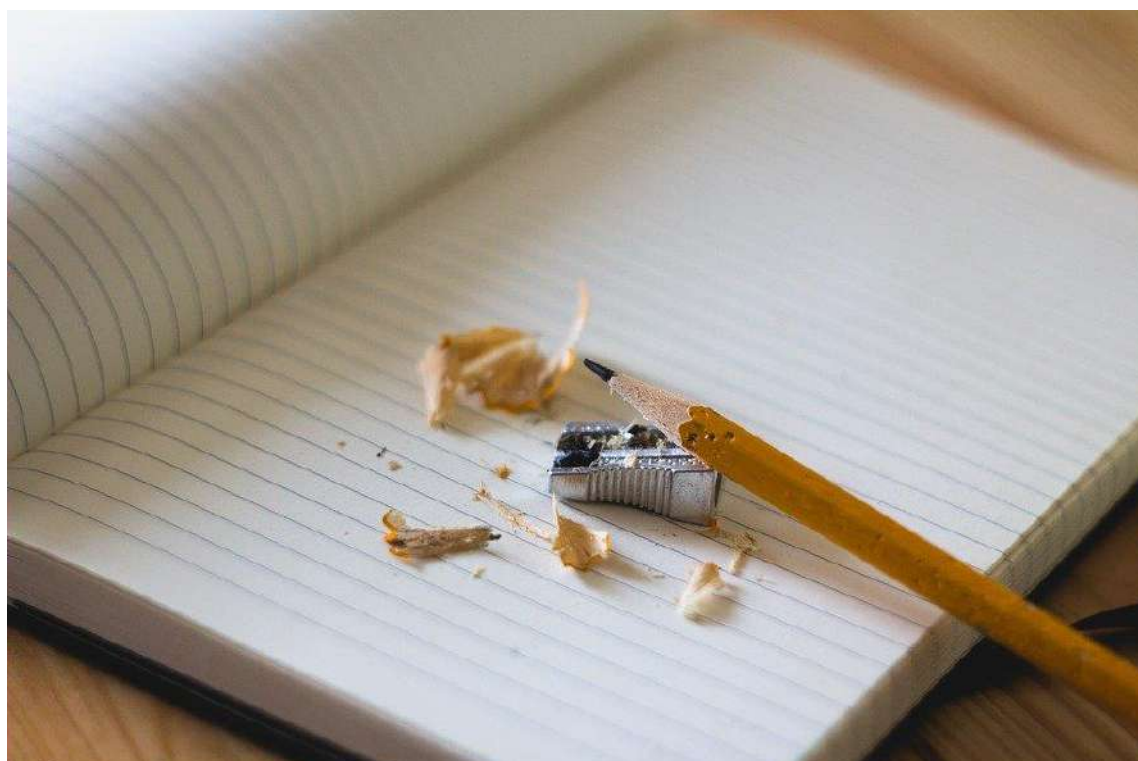
Porque não podemos voltar às aulas em setembro

Paula Pascarelli

**Diretora de Escola*

Não é possível voltar às aulas em setembro tanto por questões objetivas quanto por questões subjetivas.

As questões objetivas são as de caráter estruturais das escolas, sucateadas há pelo menos 20 anos pelo governo de SP e da própria evolução da pandemia. A maioria das escolas não possuem nem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), quanto mais as condições mínimas do protocolo de higiene e distanciamento exigidas para o retorno. A desigualdade das escolas públicas é grande, tanto em relação à arquitetura e estrutura quanto à quantidade de estudantes matriculadas(os), o que dificulta mais ainda essas condições. Não há número suficiente de funcionárias(os) nas escolas.



Produtos como papel higiênico, sabonete são raridade na maioria das escolas, imagine álcool gel. Grande parte das unidades escolares do estado estão sem limpeza em virtude dos contratos das empresas terceirizadas de serviço estarem encerrados. Não é possível garantir a higienização permanente dos espaços e principalmente a desinfecção dos espaços da escola. A SEDUC não garantiu a manutenção da Rede de Suprimentos para aquisição de materiais de higiene e limpeza, orientando a utilização da verba, irrisória, que disponibilizou no início do ano para manutenção do prédio escolar, aquisição de material pedagógico, tecnológico etc., ou seja, a responsabilidade de garantir as condições para o retorno recaí sobre a gestão escolar.

Sobre a questão da evolução da pandemia, não há testagem em massa que possa garantir cientificamente os números apresentados pelo governo. Os infectologista que acompanham a evolução demonstram que a movimentação de um aluno envolve a circulação de muita gente¹, outro aspecto é a garantia do uso de máscara e distanciamento dos alunos nas escolas.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Entrando no aspecto subjetivo, os impactos psicológicos da pandemia sobre todas(os) segmentos da escola, direção, funcionários(as) e equipe docente. Há vários elementos que incidem sobre esses aspectos. Como lidar com a situação emocional dos alunos que vão retornar, o receio de contrair COVID-19, como garantir os protocolos de higiene e distanciamento, como garantir as atividades presenciais e online, são parte da rotina que leva a situação de stress e ansiedade, além do medo.² Todos esses elementos estão presentes nas preocupações que pais/responsáveis identificam para nós gestoras(es).

Nesse sentido, pensar uma solução que não prejudique estudantes e equipe escolar, que garanta a vida nesse momento de pandemia é urgente. Nem a SEDUC/SP nem as escolas devem ficar presas a um calendário que reflete uma situação de normalidade. Não podemos tratar uma situação anormal garantindo uma burocracia irreal e desnecessária. Precisamos garantir o retorno das atividades presenciais quando a pandemia estiver praticamente controlada e pensar em formas de adequar, o que não foi possível garantir da aprendizagem em 2020, nos próximos anos. Nossa tarefa agora é garantir a vida em primeiro lugar.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

¹[Para 76% dos brasileiros escolas devem continuar fechadas aponta Datafolha](#)

²[Maioria dos diretores afirma que professores não estão preparados para volta as aulas](#)



ENTREVISTA

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

“Mesmo em uma ação de solidariedade, educa-se”: O papel que cumprem as escolas de São Paulo durante a pandemia - *Entrevista com a Professora Silvia Ferraro*

**Entrevista dada pela Professora Silva Ferraro a historiadora do CAAF|Unifesp Marília Oliveira Calazans*

Silvia Ferraro é educadora, trabalha na Prefeitura de São Paulo como professora de História, área em que se formou pela Universidade Estadual de Campinas. Tem 51 anos e uma filha de 25, e milita em movimentos sociais desde os 13 anos, participando das comunidades de base na Pastoral da Juventude, do movimento estudantil secundarista, tendo fundado o primeiro grêmio de sua escola. Atuou também no movimento universitário e de professores. Atualmente, atua prioritariamente nos movimentos feminista e pela educação, área a que se dedica militando pela igualdade de gênero.

No dia 8 de julho, concedeu entrevista a Marília Oliveira Calazans, por meio de chamada virtual. Silvia falou sobre o processo de virtualização do ensino em função da pandemia e sobre o papel que sua escola, a EMEF Anália Franco no bairro de Belenzinho, exerce na comunidade nos tempos de ensino remoto. Neste texto, optou-se por transcriar sua fala respeitando seu fluxo argumentativo, mas omitindo eventuais perguntas e interrupções.

Silvia Ferraro:

Na minha escola, cerca de 50 por cento dos alunos são filhos de imigrantes, principalmente bolivianos. São parte de uma comunidade que em grande parte trabalha na área da confecção, muitos pais trabalham nas próprias residências e vendem peças de roupa para a indústria da confecção e para lojas. Há uma problemática grande que envolve esta situação de exploração e imigração. Pelo peso da comunidade boliviana, quando há eleições na Bolívia, a minha escola é polo eleitoral. Isso ocorre a pedido do próprio consulado. Aquela região toda, que compreende Brás, Belém, até o Bom Retiro, é uma região de imigração, o que implica no fato de muitos de meus alunos serem filhos de bolivianos, peruanos, paraguaios e até angolanos. Isso também se torna uma característica do tipo de trabalho pedagógico que temos na escola.

Essa particularidade também fez com que o impacto da pandemia na região tenha sido muito forte. A maioria das famílias ficou completamente sem renda e sem acesso ao auxílio emergencial, na medida que muitos imigrantes ainda não tinham sua condição regularizada. Uma das lutas junto à comunidade imigrante é pela regularização imediata de todos os imigrantes no Brasil, para que possam ter acesso ao auxílio, inclusive há um projeto de lei em relação a isso. Também trabalhei junto à comunidade imigrante, principalmente, em um coletivo chamado Convergência Warms. Entregamos cestas básicas a mulheres, mães solo bolivianas, na sua maioria. Tivemos muitos pedidos de cesta básica na escola, então a própria escola se organizou para fazer entregas.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Há uma polêmica na área de educação a respeito do papel das escolas como centros de referência para alimentação, vacinação e saúde como um todo. Não encaramos isso como assistência. Na minha concepção, isso tudo é educação. Pela alimentação, pode-se educar para a saúde. A educação municipal deveria trabalhar muito mais estes temas, como alimentos orgânicos e o vínculo dos alimentos com os processos de produção. Temos também vínculo com o posto de saúde do bairro, que vai à escola uma vez ao mês. Essas coisas não são separadas, como se educação fosse apenas o conteúdo dentro da disciplina, dentro da sala de aula. Tudo o que fazemos na escola, desde a recreação, a alimentação, o cuidado, é parte da educação. Mesmo em uma ação de solidariedade, educa-se, porque este é um valor necessário. Este é um pensamento presente em minha escola. A Secretaria de Educação não ajudou muito nisso, não ofereceu suporte em relação a esta tarefa que nos demos de realizar as ações solidárias. Não houve uma orientação para que as escolas virassem polos nesse sentido, dependeu muito da iniciativa das próprias comunidades, obviamente, com o apoio da gestão escolar.

No começo, a adaptação à virtualidade foi bem difícil. A maioria dos alunos tinha muita dificuldade de acessar a internet. Há casos que uma família de quatro filhos precisa dividir o celular com a mãe, que também o utiliza para trabalhar. Houve uma imposição do conteúdo e formato a serem trabalhados, um caderno pronto, que é o Trilhas de Aprendizagem, uma cartilha. Alguns professores ofereceram outras atividades, porque o engajamento dos alunos depende da troca cotidiana com professores, para que se saiba o que é interessante para o momento. Nesse sentido, ter um pacote pronto não ajuda em nada. Fiz uma coisa que deu muito certo, foi o trabalho mais legal que realizei, uma live pelo Instagram com três alunas sobre “Vidas negras importam”. Eram alunas negras, que pesquisaram e apresentaram sobre o Black Lives Matter, sobre a Fatu, uma garota imigrante que sofreu preconceito, e sobre João Pedro¹. Outros professores também se envolveram e eu percebi que este foi o melhor formato, isto é, fazer um encontro ao vivo por semana para conversar assuntos variados e para que os alunos se encontrem, porque eles sentem saudade disso.

A sala de aula virtual jamais substituirá o trabalho que temos de diagnosticar. Sem o contato, não é possível saber o que a criança ou o adolescente está sentindo, aprendendo e se interessando. Isso depende muito da presença. Não acredito que seja possível nenhum tipo de trabalho virtual na educação básica, então está sendo um desafio. De 180 alunos, apenas 20 em média têm participado, mesmo com horário especial. Ainda que participem e gostem, há muita dificuldade com o ambiente on-line. Os alunos não gostam de abrir a câmera, de se mostrar. Vergonhas que têm on-line que não teriam na sala de aula.

A escola auxiliou as famílias, por exemplo, no cadastro do Bolsa Merenda, mas ainda assim foi insuficiente, perto da necessidade. No caso do acesso à internet, todas as famílias precisariam ter acesso gratuito, assim como professores. Há professores que não conseguem participar das aulas virtuais depois que acabam os dados, pois não há suporte ou subsídio algum. Particularmente, comprei um computador durante a pandemia, mas há professores que só possuem o celular para trabalhar. Mesmo as cartilhas, muitos alunos não receberam, por não estarem com o endereço atualizado. Mandamos em formato PDF, mas é preciso internet para isso. Com meus alunos, criei dois grupos de WhatsApp, mas há professores que não quiseram, e os que têm dificuldade com aulas on-line. Criei meu método, que são as aulas on-line e, depois, as tarefas na cartilha, porque é isso o que a prefeitura cobrará. Mas não houve um preparo formal. A prefeitura comprou o acesso à plataforma Google Classroom e tivemos que nos adequar a isso, não fomos sujeitos de participação na elaboração. Essa é minha principal crítica à prefeitura, que, inclusive, desconsiderou nossos atos de cuidado e solidariedade. De início, houve uma preocupação bastante conteudista, ainda que, depois, a prefeitura tenha absorvido e incentivado as ações que as comunidades estavam fazendo. A rede municipal de São Paulo tem essa tradição como característica, de ter professores com iniciativa.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Há uma data para a volta das aulas presenciais, que é 8 de setembro, nos planos da Secretaria Municipal de Educação. Mas as escolas não têm nenhuma condição de voltar. Não há equipamentos para isso, e o quadro de funcionários terceirizados de limpeza e alimentação já está precário em muitas escolas, assim como o de professores e demais profissionais da educação em grupo de risco, que não poderiam estar expostos. A proposta é que retorne uma quantidade menor de crianças, 35 por cento. Ainda assim, não há higienizadores ou medidores de temperatura. É necessária outra estrutura. Nós, do movimento de professores e gestores, pensamos que não há como voltar enquanto houver curva crescente de mortes e a certeza de que não haverá um novo ciclo ascendente. É necessário álcool em gel e, nas escolas, não há nem sabonete para lavar as mãos. O retorno às aulas presenciais demanda uma preparação imensa, e não estamos vendo a Secretaria se mover nesse sentido.

A educação é chave na sociedade para as mudanças que queremos. Infelizmente, estamos em um cenário em que ainda não há um Ministro, quanto ao anterior - um negacionista da ciência - era melhor que não houvesse. A ciência e a educação têm papel fundamental na vida das pessoas e isso é pouco valorizado. Quando alguém é profissional da educação, é como essa pessoa se ocupasse de algo menor, isso está errado. Vimos como é essencial a educação, os pais sentiram como a escola é essencial nesse momento da pandemia. Quando retornarmos, precisaremos ter uma valorização maior do espaço da educação, que não é só um prédio, mas várias áreas, que interferem positivamente na vida das famílias. Os governos, prefeitos deveriam levar isso muito em consideração e, infelizmente, não o fazem. Sim, educação realmente tem que ser uma prioridade.

¹ LINK PARA AS LIVES NO INSTAGRAM:

https://www.instagram.com/tv/CA_E4KknKqn/?igshid=rzbo4ke6s32l;

https://www.instagram.com/tv/CA_J5OiH00h/?igshid=1vilcaeev3f74

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Boletim do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp(Caaf|Unifesp)

Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações

n. #09 de 10 de julho de 2020

Instituição: Centro de Antropologia e Arqueologia da Unifesp (CAAF|Unifesp)

Equipe Responsável:

Colaboradoras e colaboradores convidados: Ana Cristina J. Cruz, Andréia Marques, Gabriel G. Sampaio, Geraldo dos Santos Júnior, Paula Pascarelli, Paulo Cesar Rodrigues da Silva.

Entrevistada: Silvia Ferraro

Pesquisa e Redação: Aline Feitoza, Carla Osmo, Desirée Azevedo, Edson Teles, João Pedro Silva de Albuquerque, Marília Calazans.

Arte Gráfica: João Pedro Silva de Albuquerque.

Contato:

Email: caaf@unifesp.br

Telefone: (11) 3385-4100 | VOIP:8958

Endereço: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF|Unifesp. Rua Joaquim Távora, 168 - Vila Mariana. CEP 04015-010 - São Paulo